

QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Adolfo Sachsida*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é mostrar a importância da qualidade das instituições sobre o desenvolvimento e o crescimento econômico. Para tanto, fazemos uma breve comparação entre um *pool* de países e seus respectivos padrões de bem-estar e correlacionamos esses dados com a qualidade das instituições.

Dado o caráter sumário deste boletim, não são executados procedimentos estatísticos mais complexos. Contudo, os resultados reportados neste estudo servem para nos mostrar ao menos a direção que devemos percorrer para melhorar o padrão de vida de nosso país.

Do ponto de vista de desenvolvimento regional, os resultados reportados servem para ilustrar possíveis medidas de políticas públicas para incrementar as taxas de crescimento e desenvolvimento das regiões brasileiras. Entre as principais conclusões, podemos destacar a importância dos direitos de propriedade, a estabilidade econômica, a liberdade comercial e a diminuição da burocracia como importantes determinantes do crescimento econômico.

2 PAÍSES SELECIONADOS

Os países detentores dos 61 maiores produtos internos brutos (PIBs) do mundo, em 2005, foram incluídos em nossa amostra. Dessa maneira, nossa análise abrange os 61 mais ricos países de nosso planeta. Claro que se pode argumentar que este indicador não é a melhor medida de riqueza de uma nação. Por exemplo, países com renda *per capita* altíssima como Luxemburgo e Islândia não entraram em nossa amostra por não estarem ranqueados entre os 61 primeiros PIBs. Contudo, a maior parte dos estudiosos concordará que este indicador, na maior parte dos casos, reflete a capacidade produtiva (riqueza) de uma nação. Para pessoas desejosas de replicar este estudo, os dados foram obtidos do World Factbook referente a 2005, e o PIB adotado foi o com base na taxa de câmbio oficial do país.

Após selecionados os países, procedeu-se a divisão destes em três grupos: *i*) ricos; *ii*) renda média; e *iii*) pobres. Contudo, a inclusão de países nesses grupos foi baseada no PIB *per capita* de cada nação. Assim, os 23 países com este indicador superiores a

* Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

US\$ 25 mil por ano foram classificados como ricos. Os 20 países com PIB *per capita* entre US\$ 4 mil e US\$ 25 mil foram considerados como de renda média. Já os 18 países com PIB *per capita* abaixo de US\$ 4 mil foram classificados sendo pobres. O quadro 1 mostra esta divisão, bem como o valor deste indicador, em dólares de 2005, dos países. Os dados referentes à renda *per capita* de cada um desses países foram obtidos do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2006). A única exceção é a informação referente ao Iraque que foi obtida do World Factbook.

QUADRO 1

Divisão dos países com base no PIB *per capita*

(Em US\$ de 2005)

Países ricos	Países de renda média	Países pobres
1. Noruega: 64.193	24. Grécia: 20.327	44. Kazaquistão: 3.717
2. Suíça: 50.532	25. Israel: 19.248	45. Argélia: 3.086
3. Irlanda: 48.604	26. Portugal: 17.456	46. Peru: 2.841
4. Dinamarca: 47.984	27. Coreia do Sul: 16.308	47. Irã: 2.767
5. Estados Unidos: 42.000	28. Taiwan: 15.203	48. Tailândia: 2.659
6. Suécia: 39.694	29. Arábia Saudita: 13.410	49. Colômbia: 2.656
7. Holanda: 38.618	30. República Tcheca: 12.152	50. Ucrânia: 1.766
8. Finlândia: 37.504	31. Hungria: 10.814	51. Marrocos: 1.713
9. Áustria: 37.117	32. Eslováquia: 8.775	52. China: 1.709
10. Reino Unido: 37.023	33. Polônia: 7.946	53. Iraque: 1.700
11. Japão: 35.757	34. México: 7.298	54. Indonésia: 1.283
12. Bélgica: 35.712	35. Chile: 7.124	55. Egito: 1.265
13. Canadá: 35.133	36. Rússia: 5.349	56. Filipinas: 1.168
14. Austrália: 34.740	37. África do Sul: 5.106	57. Paquistão: 728
15. França: 33.918	38. Turquia: 5.062	58. Índia: 705
16. Alemanha: 33.854	39. Malásia: 5.042	59. Nigéria: 678
17. Itália: 30.200	40. Venezuela: 5.026	60. Vietnã: 618
18. Emirados Árabes Unidos: 27.700	41. Argentina: 4.799	61. Bangladesh: 400
19. Espanha: 27.226	42. Romênia: 4.539	
20. Cingapura: 26.836	43. Brasil: 4.320	
21. Nova Zelândia: 26.464		
22. Kuwait: 26.020		
23. Hong Kong: 25.493		

Fonte: World Factbook.

3 QUALIDADE DAS INSTITUIÇÕES E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Usando a definição do Prêmio Nobel de Economia Douglass North: instituições são restrições que estruturam a interação entre pessoas. Elas são compostas de restrições formais (regras, leis e constituição), informais (normas de comportamento, convenções e códigos autoimpostos de conduta) e pela maneira como as pessoas são compelidas a seguirem tais regras. Juntas, elas definem a estrutura de incentivos da sociedade.

A relação entre a qualidade das instituições e a riqueza de um país é direta. Boas entidades providenciam os incentivos corretos ao trabalho honesto, promovem os mais eficientes e impulsionam o crescimento de uma nação. Por outro lado, instituições ineficientes promovem a corrupção, recompensam os menos aptos e punem os indivíduos que

se esforçam por uma sociedade melhor. A implicação disso é óbvia: países com as melhores entidades serão mais ricos que países com as inadequadas. Assim, cabe a pergunta: o que são boas instituições?

Essa pergunta parece possuir uma resposta simples: são as entidades que promovem a liberdade individual e, ao mesmo tempo, impedem que um indivíduo faça mal a outro, além de protegerem estes da arbitrariedade do Estado. O termo instituição é amplo o bastante para podermos dividi-lo em duas partes: instituições políticas e instituições econômicas. A primeira delas refere-se às liberdades civis – e aos direitos políticos – e a segunda, às liberdades econômicas. Assim, democracia, voto universal, livre crença religiosa, entre outros exemplos, são modelos de instituições políticas. Já a questão da liberdade comercial, da liberdade para se abrir novos negócios e do cumprimento de contratos se refere à esfera das instituições econômicas.

O quadro 1 mostra o nível de liberdade civil – e direitos políticos – dos países, nós usaremos essa variável como uma medida da qualidade das instituições políticas de um país. Estes dados foram obtidos junto ao *Freedom House's Annual Global Survey of Political Rights and Civil Liberties* (FREEDOM HOUSE, 2006) e se referem aos eventos globais ocorridos entre 1º de dezembro de 2005 até 31 de dezembro de 2006. Os países são classificados em três grupos distintos: livres, parcialmente livres (PLs) e não livres (NLs). Países livres são aqueles em que há uma ampla margem para a competição política aberta, um clima de respeito pelas liberdades civis e significativa vida cívica e mídia independentes. Um país PL é aquele no qual há limitado respeito em relação aos direitos políticos e às liberdades civis. Países parcialmente livres frequentemente sofrem com um ambiente de corrupção, fraco cumprimento das leis e conflitos étnicos e religiosos, e geralmente ocorre que um partido político concentra o poder a despeito da aparência artificial de pluralismo de partidos. Um país NL é aquele em que os direitos políticos básicos estão ausentes e as liberdades civis essenciais são larga e sistematicamente negadas.

De acordo com os dados apresentados no quadro 2, temos que:

- 1) Dezenove (82,6%) dos 23 países mais ricos do mundo podem ser classificados como possuidores de instituições políticas livres, três (13%) como PLs e apenas um (4,3%) como NL.
- 2) Quinze (75%) dos 20 países de renda média são livres em termos de instituições políticas, três (15%) são PLs e apenas dois (10%) são NLs.
- 3) Em relação aos países pobres, apenas quatro (22,2%) podem ser considerados livres, cinco (27,7%) são PLs e nove (50%) são NLs.

Fica evidente da análise do quadro 2 que a maioria absoluta dos países ricos deve ser considerada livre do ponto de vista de suas instituições políticas. Contudo, isso não explica porque um grande número de nações de renda média, mesmo possuindo liberdade política, não possui a riqueza das ricas. Também não podemos esquecer que países como Peru, Ucrânia, Indonésia e Índia são extremamente pobres, apesar de possuírem instituições políticas classificadas como livres. Assim, apesar de haver uma correlação positiva entre liberdade política e riqueza de uma nação, não podemos assumir que esta liberdade seja a razão principal dessa riqueza. Afinal, quase 18% dos países ricos não podem ser classificados como livres do ponto de vista político e, mesmo assim, possuem um elevado nível de riqueza. Nessa mesma linha de argumentação, 75% dos países de renda média são politicamente livres, mas mesmo assim não desfrutam do bem-estar das nações ricas.

Em consideração com o parágrafo anterior, parece ser incorreto atribuir a riqueza de um país à existência de instituições que promovam a liberdade política dos cidadãos. Claro que existem outros argumentos, que não puramente econômicos, para se defender esta. De maneira alguma queremos dizer que a liberdade política não seja importante para uma sociedade.

Argumentamos apenas que a inferência de que esta liberdade seja vital para o crescimento econômico de um país é incorreta.

QUADRO 2

Relação dos países de acordo com a qualidade de suas instituições políticas

Países ricos	Países de renda média	Países pobres
1. Noruega: livre	24. Grécia: livre	44. Kazaquistão: NL
2. Suíça: livre	25. Israel: livre	45. Algéria: NL
3. Irlanda: livre	26. Portugal: livre	46. Peru: livre
4. Dinamarca: livre	27. Coreia do Sul: livre	47. Irã: NL
5. Estados Unidos: livre	28. Taiwan: livre	48. Tailândia: NL
6. Suécia: livre	29. Arábia Saudita: NL	49. Colômbia: PL
7. Holanda: livre	30. República Tcheca: livre	50. Ucrânia: livre
8. Finlândia: livre	31. Hungria: livre	51. Marrocos: PL
9. Áustria: livre	32. Eslováquia: livre	52. China: NL
10. Reino Unido: livre	33. Polônia: livre	53. Iraque: NL
11. Japão: livre	34. México: livre	54. Indonésia: livre
12. Bélgica: livre	35. Chile: livre	55. Egito: NL
13. Canadá: livre	36. Rússia: NL	56. Filipinas: PL
14. Austrália: livre	37. South África: livre	57. Paquistão: NL
15. França: livre	38. Turquia: PL	58. Índia: livre
16. Alemanha: livre	39. Malásia: PL	59. Nigéria: PL
17. Itália: livre	40. Venezuela: PL	60. Vietnã: NL
18. Emirados Árabes Unidos: NL	41. Argentina: livre	61. Bangladesh: PL
19. Espanha: livre	42. Romênia: livre	
20. Cingapura: PL	43. Brasil: livre	
21. Nova Zelândia: livre		
22. Kuwait: PL		
23. Hong Kong: PL		

Fonte: Freedom House (2007). Dados selecionados do Freedom House's Annual Global Survey of Political Rights and Civil Liberties.

Vamos agora analisar a relação entre liberdade econômica e riqueza de uma nação. Os dados sobre esta liberdade foram obtidos junto à Heritage Foundation. O índice desta mede e ranqueia 161 países de acordo com dez subíndices de igual peso. Estes têm como função capturar a maneira como cada país trata questões específicas referentes à liberdade econômica. Os dez subíndices, cada um valendo uma nota máxima de 10 pontos, são: liberdade de negócios, liberdade comercial, liberdade fiscal, liberdade contra interferência do governo, liberdade monetária, liberdade de investimento, liberdade financeira, direitos de propriedade, liberdade contra corrupção e liberdade do trabalho. Dessa maneira, as notas dos países podem variar de 0 a 100, a primeira nota é a de um país completamente sem liberdade econômica e a segunda representa um com a máxima liberdade econômica. A Heritage Foundation classifica os países em cinco diferentes grupos:

- livre: país com pontuação entre 80 e 100 pontos;
- majoritariamente livre (ML): país com pontuação entre 70 e 79,9 pontos;
- parcialmente livre: país com pontuação entre 60 e 69,9 pontos;
- majoritariamente não livres: país com pontuação entre 50 e 59,9 pontos; e
- reprimido (R): país com pontuação entre 0 e 49,9 pontos.

Nós alteramos o *ranking* formulado pela Heritage Foundation para incluir apenas os países que compõem nossa amostra. Assim, nossa escala vai de Hong Kong como o país mais economicamente livre até o Irã como o mais economicamente fechado. Países que não pertencem à nossa amostra original não foram selecionados.

O quadro 3 apresenta o *ranking* dos países de acordo com sua liberdade econômica. Neste quadro, encontramos um fato extremamente importante, *todos* os países considerados economicamente livres são também ricos. Não existe única exceção para esse fato – nem mesmo quando se leva em consideração a escala original proposta pela Heritage Foundation. Dessa maneira, a variável liberdade econômica passa a ser nosso maior candidato para explicar a riqueza de uma nação. Parece que a liberdade econômica cria os estímulos necessários ao indivíduo para este dar o melhor de si e ter acesso às recompensas de seu sucesso. *Todos* os sete países classificados como economicamente livres (Irlanda, Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Cingapura, Nova Zelândia e Hong Kong) possuem também um nível extremamente alto de riqueza. Note que o oposto também ocorre. Isto é, dos três países menos livres do mundo, dois são pobres (Irã e Bangladesh) e o outro de renda média (Venezuela).

Ainda de acordo com o quadro 3, dos 20 países com maior liberdade econômica, 18 são ricos e dois (Taiwan e Chile) são de renda média. Dos 14 países que podem ser considerados como MLs, 12 são ricos e dois de renda média. Assim, dos 21 países classificados como *livre* ou *majoritariamente livre*, 19 são ricos e dois são de renda média. Não existe um país que possa ser considerado ao menos majoritariamente livre que seja pobre. O oposto também é válido, dos 20 países que podem ser considerados *reprimidos* ou *majoritariamente não livres*, 13 são pobres e sete de renda média. Não existe um país que possa ser considerado reprimido ou majoritariamente não livre que seja rico. Mais do que isso, dos dez países mais pobres de nossa amostra – excluiu-se o Iraque, pois não temos informação a respeito de sua liberdade econômica –, *todos* são majoritariamente não livres ou reprimidos. De maneira similar, dos dez países mais ricos de nossa amostra, *todos* são livres ou majoritariamente livres.

A evidência conjunta, reportada nos parágrafos anteriores, sugere fortemente a importância da liberdade econômica para a riqueza de uma nação. Não existe uma nação rica que possa ser classificada como totalitária do ponto de vista econômico. Também não há uma pobre que possa ser classificada como livre do ponto de vista econômico. Assim, parece que uma importante resolução para garantir a riqueza de uma nação é o compromisso com a liberdade econômica. Instituições que promovam esta liberdade, também o farão com o crescimento e o enriquecimento de um país. Por outro lado, entidades que falhem em promover a liberdade econômica acarretarão pobreza e atraso aos países que as adotarem.

QUADRO 3

Relação dos países de acordo com o grau de liberdade econômica

Países ricos	Países de renda média	Países pobres
1. Noruega: ML (21)	24. Grécia: NL (45)	44. Kazaquistão: PL (40)
2. Suíça: ML (8)	25. Israel: PL (24)	45. Algéria: NL (52)
3. Irlanda: livre (7)	26. Portugal: PL (26)	46. Peru: PL (35)
4. Dinamarca: ML (11)	27. Coreia do Sul: PL (23)	47. Irã: R (60)
5. Estados Unidos: livre (4)	28. Taiwan: ML (19)	48. Tailândia: PL (31)
6. Suécia: ML (17)	29. Arábia Saudita: NL (42)	49. Colômbia: PL (38)
7. Holanda: ML (12)	30. República Tcheca: PL (22)	50. Ucrânia: NL (53)
8. Finlândia: ML (13)	31. Hungria: PL (27)	51. Marrocos: NL (47)
9. Áustria: ML (18)	32. Eslováquia: PL (25)	52. China: NL (51)
10. Reino Unido: livre (6)	33. Polônia: NL (43)	53. Iraque: sem informação
11. Japão: ML (15)	34. México: PL (30)	54. Indonésia: NL (50)
12. Bélgica: ML (14)	35. Chile: ML (10)	55. Egito: NL (54)
13. Canadá: ML (9)	36. Rússia: NL (52)	56. Filipinas: NL (48)
14. Austrália: livre (3)	37. South África: PL (32)	57. Paquistão: NL (44)
15. França: PL (28)	38. Turquia: NL (41)	58. Índia: NL (49)
16. Alemanha: ML (16)	39. Malásia: PL (29)	59. Nigéria: NL (55)
17. Itália: PL (34)	40. Venezuela: R (59)	60. Vietnã: NL (57)
18. Emirados Árabes Unidos: PL (39)	41. Argentina: NL (46)	61. Bangladesh: R (58)
19. Espanha: ML (20)	42. Romênia: PL (36)	
20. Cingapura: livre (2)	43. Brasil: PL (37)	
21. Nova Zelândia: livre (5)		
22. Kuwait: PL (33)		
23. Hong Kong: livre (1)		

Fonte: 2007 Index of Economic Freedom, da Heritage Foundation. Entre parênteses, aparece a posição do país no ranking de liberdade econômica. Este indicador foi modificado para incluir apenas os países presentes em nossa amostra original.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal resultado encontrado neste artigo refere-se à importância da liberdade econômica e da globalização para a riqueza de uma nação. Claro que outras variáveis também são relevantes, de maneira alguma queremos desmerecer a importância da educação, da infraestrutura, da estrutura tributária, entre outras, para o desenvolvimento – e bem-estar – de um país.

O que argumentamos neste estudo é que, na ausência de liberdade econômica, a efetividade dessas outras variáveis é extremamente reduzida. De pouco adianta termos uma população extremamente bem-preparada do ponto de vista educacional, se estas pessoas não tiverem a liberdade de abrir suas empresas ou de trabalharem nos negócios que mais lhes aprazem. É de pouca eficácia uma excelente infraestrutura quando os empresários não podem comprar do exterior e são obrigados a agirem de acordo com uma lenta – e corrupta – burocracia estatal. De pouca serventia são altas taxas de poupança doméstica quando o consumidor não é soberano para escolher de qual firma quer comprar seu produto.

O que este artigo parece demonstrar é que sem liberdade econômica é muito pouco provável que um país tenha sucesso na economia. Nessa linha de argumentação, regiões que queiram crescer e se desenvolver devem aprimorar suas instituições para

promoverem a liberdade econômica: o sucesso econômico de uma região está intimamente ligado com sua capacidade de gerar e manter entidades capazes de incentivar os negócios, respeitar os direitos de propriedade, dar liberdade aos empresários e aos trabalhadores, promover a concorrência entre as empresas, limitar a intervenção estatal, diminuir a burocracia, estimular o comércio com outras regiões e, acima de tudo, permitir que os consumidores e os empresários comprem – e vendam – de quem – para quem – lhes for mais vantajoso.

REFERÊNCIAS

FREEDOM HOUSE. **Freedom House's Annual Global Survey of Political Rights and Civil Liberties**. Washington, DC, 2006.

_____. **Freedom in the World 2007**. Washington, DC, 2007.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook Database**. Washington, DC, Sept. 2006.